

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXIV



COIMBRA 2000
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização*

JOSÉ AMADO MENDES
Universidade de Coimbra

Introdução

A **história local** continua na ordem do dia e, previsivelmente, assim vai continuar nas próximas décadas. O desenvolvimento dos países ou mesmo dos grandes blocos passa, em última análise, pelo dinamismo de regiões e localidades, cuja história tem, necessariamente, de ser seguida com atenção. Como é sabido, já não se fala apenas de países líderes, mas também de “regiões ganhadoras”¹ ou mesmo da “Europa das Regiões”. Assim sendo, as perspectivas macro e micro, longe de se excluírem, completam-se.

* O presente texto foi inicialmente apresentado ao Colóquio “Ernesto do Canto: Retratos do Homem e do Tempo”, realizado na Universidade do Açores, em Ponta Delgada, nos dias 26 e 27 de Outubro de 2000. Irá ser também publicado nas respectivas actas.

¹ Georges Benko e Alain Lipietz (orgs.), *As regiões ganhadoras. Distritos e redes*.

No que à respectiva historiografia diz respeito, atravessa-se igualmente um ponto alto, pois nunca se produziram tantos trabalhos, no âmbito da história local, como nas últimas décadas. Contudo, aquela continua a ser mal conhecida. A significativa importância da história local e a abundante produção historiográfica, a que ela tem dado origem, não têm tido a devida correspondência, do ponto de vista da reflexão crítica e metodológica ou, por outras palavras, da história da história local.

Continuamos a não dispor, em Portugal, de um bom guia de história local², assim como não existe uma obra, aprofundada e tão completa quanto possível, sobre as suas origens e evolução.

Acrescente-se, apenas - se isso nos pode servir de motivo de consolação! -, que o “panorama”, mesmo noutros países, não se apresenta mais lisonjeiro. Por exemplo, acerca do que se passa no país vizinho, pode ler-se, em obra há pouco vinda a lume, sobre a *História Local na Espanha Contemporânea*:

«Nem a história da historiografia tem estudado, com profundidade, a participação da história e do historiador local na formação da “história da historiografia nacional espanhola”, nem existe um conhecimento de como se faz a história local, nem os campos pelos quais avança e se desenvolve na actualidade»³.

Entre outras questões a carecerem de estudos mais desenvolvidos, contam-se as seguintes: definição e natureza da história local; pertinência

Os novos paradigmas da geografia económica (trad. d francês), Oeiras, Celta Editora, 1994.

² Ao invés do que sucede, por exemplo, em França (*Guide de l'histoire locale. Faisons notre histoire!*, sob a direcção de Alain Croix e Didier Guy vare' h, Paris, Ed. du Seuil, 1990).

³ Pedro Rujula e Ignacio Peiró (coords.), *La Historia Local en la España Contemporánea*, Barcelona, Departamento de Historia Moderna y Contemporánea, Universiad de Zaragoza/JL Avenç, 1999, p. 5 (Como noutras citações a partir de língua estrangeira, a tradução é das minha responsabilidade).

da historia local e sua articulação com a historia geral; metodologia(s) da historia local; fatores da historia local (número de investigadores, formação, motivações e papel a desempenhar); e potencialidades/ utilidade da historia local.

Obviamente que, nas circunstâncias actuais, se toma impossível focar, com o desenvolvimento adequado, todas as questões enunciadas. Assim, apenas se privilegiarão alguns dos aspectos que julgo mais pertinentes e, mesmo esses, serão tratados de forma sucinta. Uma vez que me referirei a algumas das outras alíneas nos pontos seguintes, gostaria de considerar, ainda nesta introdução, a da natureza e do enquadramento conceptual da história local.

Como já foi salientado por um autor, na actividade historiográfica de nível local podem diferenciar-se, pelo menos, duas esferas de actuação: por um lado, a história local entendida como “história de escala” e, por outro, a história local concebida como história de uma localidade, município ou região, com um enquadramento espacial previamente definido e aceite, como tal. Neste último caso, além da geografia, são factores político-administrativos e legais que estão na base da definição da área a estudar⁴.

Quanto ao primeiro conceito - a da história local definida em função da escala -, problemas vários poderão ter que ser solucionados. Em primeiro lugar, o da própria designação: **história local** ou **história regional e/ou local**? Neste trabalho, embora usando mais frequentemente a expressão “história local”, a esta encontra-se subjacente, também, a de “história regional”.

Por outro lado, à excepção dos casos em que as regiões têm existência político-administrativa, como nas Regiões Autónomas dos Açores e da

⁴ Ver, a propósito, Miquel Marín Gelarbert, «“Por los infinitos rincones de la Patria. La articulación de la historiografía local en los años cincuenta y sesenta», P. Rújula e I. Peiró (coords.), *op. cit.*, p. 346-347.

José Amado Mendes

Madeira ou na vizinha Espanha, a própria definição de região, para efeitos de estudo, pode não ser tarefa fácil. Já há muito que se fala de “região” como um “conceito-problema”, dada a insuficiência dos elementos naturais para a definição da sua identidade. Para obviar a tais limitações, tem vindo a adoptar-se, sobretudo no âmbito da história económica, a noção de “área”, embora esta não seja um “dado” mas sim uma “construção”, com o que isso implica, desde logo, na definição dos respectivos critérios.

As dificuldades avolumar-se-ão, ainda, quando se pretenda estudar áreas transfronteiriças, com certa identidade e características comuns, que não se deixam aprisionar naquilo a que poderíamos chamar a “tirania do nacional”⁵.

Como se deduz do que se acaba de expor, em vez de história seria mais apropriado falar de histórias locais, devido à gama de hipóteses a contemplar: desde a tradicional monografia - ou estudo de caso - de uma pequena localidade à investigação sobre uma determinada área, de dimensões e características muito diversificadas; ou desde a abordagem de um tópico circunscrito (do âmbito da micro-história) ao de uma história mais abrangente, com ambições de “história total”, ainda que limitada, espacial ou mesmo temporalmente.

1. Evolução da história local: condicionalismos e vicissitudes de um longo processo

É já longo o processo evolutivo da história local. Para remontarmos, apenas, aos finais do século XVIII e aos inícios do XIX, recordem-se os contributos que então foram dados ao conhecimento histórico das

⁵ Expressão usada em Jean-Claude Ruano-Borbalan (coord.), *L'histoire aujourd'hui. Nouveaux objets de recherche. Courants et débats. Le métier d'historien*, Paris, Ed. Sciences Humaines, 1999, p. 113-118.

realidades locais e regionais, pela Academia Real das Ciências de Lisboa - como atestam as diversas memórias, publicadas ou ainda inéditas, elaboradas no âmbito da sua actividade científica e cultural - ou por iniciativa da Coroa, ao promover a “demarcação das províncias”, na última década de Setecentos.

Embora de amplitude e importância desigual, os levantamentos então efectuados pelos “juizes demarcantes” - alguns dos quais permanecem inéditos - constituem, ainda hoje, fontes insubstituíveis para o estudo do país, na fase crepuscular do Antigo Regime⁶.

Acerca da evolução da história local, ao longo dos séculos XIX e XX, já dispomos de algumas análises sucintas - recorde, entre outras, as efectuadas por Jorge Borges de Macedo⁷ e por José Tengarrinha⁸-, pelo que me dispenso de o fazer aqui. Sublinharei, no entanto, algumas das linhas de força que impulsionaram essa evolução, a saber:

a) uma vertente política ou mesmo político-ideológica, relacionada com a forma como o poder político, de determinadas épocas e circunstâncias - tendencialmente centralista -, tem articulado e interpretado a relação e a própria dialéctica do nacional com o regional;

b) o desenvolvimento interno da própria história como ramo do saber (ou seja, a historiografia), no que concerne à perspec-

⁶ A tarefa mais completa foi executada por Columbano Pinto Ribeiro de Castro, sobre Trás-os-Montes (ver o meu trabalho, intitulado *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981; 2.^a ed., Lisboa, INIC/Fundação Calouste Gulbenkian, 1985).

⁷ Jorge Borges de Macedo, «Unidade de poder e diversidade de situação nas áreas regionais em Portugal. Consequências metodológicas», Álvaro Matos e Raul Rasga (coords.), *Primeiras Jornadas de História Local e Regional (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)*, Lisboa, Ed. Colibri, 1993, p. 11-33.

⁸ José Tengarrinha, «Historiografia dos estudos históricos locais em Portugal», Joseba Agirreazkuenaga e Migkel Urquijo (ed.), *Perspectivas da Historia Local: Galicia e Portugal*, Bilbao, Servido Editorial, Universidad del País Vasco, 1996, p. 29-48.

tivação de temas/assuntos, ao enquadramento espaço-temporal dos mesmos e à valorização de diversos tipos de fontes;

c) por último, a dinâmica política, social, económica e cultural das próprias regiões/localidades, como meio de auto-afirmação ou mesmo de oposição ao poder central.

Durante um período relativamente longo, de cerca de um século (de meados de Oitocentos a meados do século XX), deparamos com eventos, iniciativas e/ou declarações que nos elucidam acerca da evolução da história local. Vejamos alguns exemplos.

Assim, por meados do século XIX, o grande interesse pelo municipalismo, movimento característico do ambiente cultural romântico e liderado por Alexandre Herculano, induzia a que se prestasse redobrada atenção à história local - consubstanciada nos concelhos -, o que levou à criação dos *Anais do Município*, por diploma legal de 8 de Novembro de 1847. Através deste, que poderia ter constituído uma importante medida (se o seu cumprimento se tivesse generalizado), estipulava-se que:

«Em cada uma das Câmaras Municipais dos Concelhos do Reino e Ilhas Adjacentes, haja um livro especial com a denominação de *Anais do Município*, no qual anualmente se consignem os acontecimentos e os factos mais importantes que ocorreram e cuja memória seja digna de conservar-se e, bem assim: as descobertas de riquezas, substâncias e combustíveis minerais; o aumento ou diminuição da produção agrícola e suas causas; a longevidade das pessoas de que houver notícia, com a declaração do modo de vida que tiveram e do seu alimento habitual; as acções generosas e os nomes dos seus autores que mereçam ser transmitidos às gerações futuras; e, finalmente, tudo quanto possa interessar às tradições locais»⁹.

⁹ Antonio Delgado da Silva (dir.), *Collecção official da legislação portuguesa. Anno*

Apesar de se tratar de um “questionário” incompleto - por exemplo, não contemplava a produção industrial nem o sector da distribuição e dos serviços -, se tivesse sido aplicado, em todos os municípios, teríamos hoje uma fonte histórica da maior relevância para o seu estudo¹⁰.

A importância do local e do regional, face ao nacional, era assim sublinhada por Herculano, em 1851 : «Os partidos, sejam quais forem as suas opiniões ou os seus interesses, ganham sempre com a centralização. [...] É preciso que o país da realidade, o país dos casais, das aldeias, das vilas, das cidades, das províncias acabe com o país nominal, inventado nas secretarias, nos quartéis, nos clubes, nos jornais, e constituído pelas diversas camadas do funcionalismo que é, e do funcionalismo que quer e que há-de ser»¹¹.

Também Oliveira Martins, outra figura marcante da cultura e historiografia oitocentistas e uma das personalidades incontornáveis da Geração de 70, tinha em muito apreço a importância da história local, não só pelo seu valor cognitivo como também afectivo e patriótico. Cerca de um ano antes do seu falecimento (24.8.1894), em resposta à solicitação que, por escrito, lhe fez Adelino de Abreu¹², expunha as suas ideias sobre

de 1846, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846, p. 1847 (como em casos análogos, actualizei a ortografia).

¹⁰ Seria interessante averiguar quantos municípios cumpriram a determinação legal e por que motivos muitos outros o não fizeram. Entre os primeiros temos, por exemplo, os seguintes: *Anais da Ilha Terceira*, de Francisco Ferreira Drummond (Maria Leal João, «Memória e construção da identidade regional. O caso dos Açores», *Portugal e as Regiões: Perspectivas históricas. XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 9 a 10 de Novembro de 1996*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996, p. 26); *Anais do Município de Coimbra*; e *Anais do Município de Leiria*.

¹¹ Alexandre Herculano, *Opúsculos*, I, org., introd. e notas de Jorge Custódio e de José Manuel Garcia, Lisboa, Ed. Presença, 1982, p. 322-323. Acerca do municipalismo, para o período precedente, ver Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero de Magalhães, *O poder concelhio: Das origens às Cortes Constituintes. Notas da história local*, Coimbra, ed. do Centro de Estudos de Formação Autárquica, 1986.

¹² No espólio de Oliveira Martins, existente nos Reservados da Biblioteca Nacional

o assunto, na carta-prefácio (datada de 17 de Maio de 1893) que escreveu para a monografia sobre *Oliveira do Hospital. Traços histórico-críticos*¹³, da autoria daquele. Aí afirmava o autor da *História da Civilização Ibérica*:

«Considerarei sempre que um dos subsídios principais para a história geral do país consiste nas monografias locais, onde se estuda a arqueologia e a história, as biografias e as tradições, com os documentos à vista e à mão os arquivos municipais e particulares. Um corpo de monografias destas, relativas aos principais concelhos do reino, formaria um tesouro de inestimável valor para o estudioso; ao mesmo tempo que serviria para arraigar nas localidades esse amor da terra, base natural e necessária do sentimento mais abstracto a que se chama patriotismo». E, pouco depois, acrescentava: «O estudo monográfico das localidades ministra ao saber geral subsídios da maior valia, e [...], além de fixar e esclarecer as tradições, afervorando o amor da terra, é também um estímulo e um incentivo para a descentralização».

Como acaba de verificar-se pelas passagens transcritas, Oliveira Martins salientava as diversas potencialidades da história local, em termos científicos (contributo para a história geral), patrióticos (reforço da identidade, amor à localidade e à pátria) e político-administrativos (ao favorecer a descentralização e, conseqüentemente, ao limitar os efeitos nocivos da centralização). No fundo, o autor seguia a linha já traçada por Herculano, embora alargando o âmbito das virtualidades da história local e chamando a atenção também para importância dos arquivos particulares, o que, na altura, era bastante inovador.

Acrescente-se apenas que a o autor da dita monografia sobre Oliveira do Hospital, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (de seu

de Lisboa (BNL, Esp. E 20, cx. 2), encontram-se várias cartas dirigidas por Adelino de Abreu ao autor do *Portugal Contemporâneo*, datadas de Maio e Junho de 1893.

¹³ Adelino de Abreu, *Oliveira do Hospital. Traços histórico-críticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1893.

nome completo Adelino Júlio Mendes de Abreu), autor de outros trabalhos e sócio de várias academias eruditas e científicas¹⁴, colocou o maior empenho naquela sua obra - que Oliveira Martins classificou de “verdadeiramente notável”-, na qual focou e esclareceu aspectos vários da localidade. Ao mesmo tempo, conferiu ao estudo certos laivos de modernidade, quer ilustrando-a, fotograficamente, quer incluindo um capítulo final, no qual estudou “Oliveira do Hospital nos últimos tempos”, numa incursão por aquela a que hoje chamaríamos “história do presente”.

Nos finais do século XIX e inícios do XX, vários outros autores se interessam pela história local e regional. Recordem-se: Alberto Sampaio e os seus notáveis estudos sobre o Noroeste português; o Abade de Baçal (Francisco Manuel Alves), o historiador e erudito, a quem a história trasmontana muito ficou a dever; José Queirós e o seu trabalho, deveras notável, sobre a cerâmica, em diversas localidades do país; José da Silva Picão, na sua conhecida e importante obra sobre o Alentejo, intitulada *Através dos campos*¹⁵; sem esquecer, obviamente, Ernesto do Canto, com a sua prestimosa acção, nos Açores.

Além destes, outros investigadores deram importantes contributos à história local, tais como: Martins Sarmento, José Leite de Vasconcelos, Braamcamp Freire, Santos Rocha, Gabriel Pereira e Estácio da Veiga, entre tantos mais.¹⁶

Em algumas das monografias então elaboradas, a perspectiva histórica é enriquecida com o recurso a outras ciências, então em franco desenvolvimento, como a etnologia, a antropologia e a sociologia, o que já foi

¹⁴ “ABREU” (Adelino Júlio Mendes de), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. I, Lisboa -Rio de Janeiro, s.d., p. 115.

¹⁵ José da Silva Picão, *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Eivas)*, 2.ª ed., Lisboa, Neogravura, Limitada, 1947 (1.ª ed., 1903-1905).

¹⁶ Jorge Borges de Macedo, «Alberto Sampaio no pensamento histórico português», *Actas do Congresso 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Câmara Municipal de Guimarães, 1995, p. 414-415.

sublinhado por José Tengarrinha¹⁷. Começava então a ensaiar-se a *interdisciplinaridade* que, mais tarde, viria a estar de novo na ordem do dia.

A multiplicação dos trabalhos sobre história local, que iam sendo publicados, induzia à reflexão sobre os métodos utilizados. Daí que Manuel Silva, em 1913, sublinhando a inexistência de uma metodologia destes estudos, propusesse a adopção de um “Esquema de história local”. Assim, após classificar a história local como uma “ciência subsidiária”, sugeria que se estudassem os múltiplos aspectos da realidade - de ordem geológica, geográfica, económica, social e cultural -, explorando diversos tipos de fontes, com o contributo das ciências que geralmente os utilizam. Indicava, expressamente, as seguintes: geologia, antropologia, arqueologia, etnografia e nomologia (fontes modernas, científicas); literatura, diplomática e arte (fontes clássicas, literárias e artísticas).

Consciente da importância da história local e da urgente necessidade de a tomar mais rigorosa, salientava: «Em assunto de tanta monta, pois dele depende a solidez da construção de um **monumento nacional**, não serão demasiadas todas as cautelas e o estabelecimento de uma apertada fiscalização das origens e história das localidades. Muita coisa corre com foros de autenticidade, quando não passa da esfera da anedota ou da lenda: muitas datas se contradizem e muitos factos estão ainda eivados de inexactidão que os falsificam e anulam, tudo porque, até há pouco, *História* tem sido amontoar datas, nomes e ocorrências, sem contraprova e sem assento racional de causas e efeitos»¹⁸.

Entretanto, outros autores iam chamando a atenção para a história local. São conhecidos, por exemplo, os alertas lançados por Possidónio Mateus **Laranjo Coelho** (1877-1969), no estudo intitulado «Vantagens

¹⁷ *Op. cit.*, p. 34-35.

¹⁸ Manuel Silva, «Schema d' historia local», *Revista de História*, n. 7, Julho-Setembro de 1913, p. 182-183 (sublinhado meu).

do estudo das monografias locais para o conhecimento da historia geral portuguesa», publicado em 1926¹⁹.

Contudo, nos finais da I República e nas primeiras décadas do Estado Novo, os ventos não corriam de feição à história local que, salvo raras exceções, era deixada ao cuidado dos amadores. Como sublinha Borges de Macedo, esquecendo a mensagem de Alberto Sampaio, a historiografia portuguesa preferia, quase sempre, a perspectiva centralista (casos de João Lúcio de Azevedo, Jaime Cortesão, Pascoais e Damião Peres, entre outros)²⁰.

Apesar disso, nem todos esqueciam a importância e o papel da história local. A esse propósito, parece-me de interesse invocar, aqui, as palavras de Luís da Silva Ribeiro, presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sessão inaugural de 25 de Março de 1943.

Começando por declarar que nunca se havia dedicado à investigação histórica, a não ser acidentalmente e por necessidade de outros estudos, faz seguidamente uma defesa intransigente da história local, afirmando: «Escuso de enaltecer a importância da história local para a história do país. Já alguém disse que a história de Portugal só poderá resultar dum conjunto completo de monografias locais, e estou convencido que teve razão»²¹.

Sublinha a necessidade de a síntese se apoiar em sólidas análises e de se explorar documentação inédita, citando em seguida Rodrigues Marin, que defendia «valer mais uma onça de investigação do que duas arrobas de ciência em segunda mão». E acrescenta, pouco depois: «Não se exploram os arquivos, não se colhem novos documentos, nem sequer,

¹⁹ Sep. de *O Instituto*, vol.73.º, n.º 3.

²⁰ J. Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 427.

²¹ «Alocação do Presidente do Instituto, na sessão inaugural em 25 de Março de 1923», *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, vol. 1, n.º 1, 1943, p. 2.

as mais das vezes, se aproveitam os reunidos e publicados na monumental colecção do benemérito Ernesto do Canto, *Arquivo dos Açores*²².

2. Do amadorismo ao profissionalismo: a investigação universitária volta-se para a história local

A partir dos anos 1960, simultaneamente com as temáticas de índole mais alargada - sobretudo de âmbito nacional -, a investigação académica passou a concentrar-se mais na história local. Um número considerável das dissertações de licenciatura, então elaboradas - a maioria das quais permanece inédita -, tinha o local/regional por objecto. De acordo com uma das tendências verificadas na altura, a demografia histórica constituía um dos temas privilegiados.

Retomava-se, aliás, uma tradição que já vinha do século XIX, quando alguns dos trabalhos práticos de investigação se orientavam, igualmente, no sentido da história das localidades. Esta prática tem-se intensificado nas últimas décadas.

Faltam-nos estatísticas, actualizadas, sobre o assunto. De qualquer modo, tudo leva a crer que, na última década, o panorama se tenha alterado. Com efeito, dado que, de 1989 a 1991, a historiografia local não ultrapassaria os 5% do total da produção historiográfica portuguesa²³, é de presumir que, hoje, essa percentagem seja bem mais elevada.

Recorde-se, todavia, que foi na década de 70 e, de modo muito

²² *Idem*, p. 3. Para se obter uma visão mais completa acerca da historiografia das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e de outras ilhas atlânticas, ver Alberto Vieira, *Guia para a história e investigação das Ilhas Atlânticas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1995.

²³ Para a referida estimativa, utilizei os elementos que constam da *Bibliografia Anual de História de Portugal. 1989,1990, 1991*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992-1995.

especial, no pós-25 de Abril de 1974 que a historia local alcançou um desenvolvimento e, até, uma “dignidade” sem paralelo na historiografia de outras épocas. Ao invés do que se havia verificado até então - em que os temas nacionais eram aqueles que despertavam maior interesse -, começa a ser frequente a escolha de problemáticas locais, inclusive para dissertações de doutoramento e, posteriormente, também de mestrado. Que motivos terão contribuído para essa notória mudança de rumo?

Embora o assunto careça de uma investigação mais aprofundada, entre as razões mais significativas poderão apontar-se as seguintes:

a) A evolução das próprias concepções historiográficas, que passaram a admitir mais facilmente a pluralidade da história, com a diversificação das temáticas mas também do respectivo âmbito, cronológico e geográfico. Para que essa evolução tivesse sido possível foi necessário, por um lado, passar a atribuir um menor significado e preponderância à esfera do político e, por outro, ultrapassar a hegemonia da história serial, essencialmente económica e social, mais familiarizada com o longo prazo (susceptível de permitir a detecção de tendências, movimentos e ciclos) e com espaços inseridos na grande escala. A exemplo do que acontecia no mundo empresarial - numa sociedade emergente, que alguns baptizaram de pós-industrial ou de pós-moderna -, também na pesquisa histórica se poderá dizer que “small is beautiful”.

b) Aspectos de natureza prática, relacionados, quer com a descentralização dos centros de ensino e de investigação universitários, quer com as exigências decorrentes da carreira académica, a exigir a elaboração de trabalhos de pesquisa, para os quais os acervos arquivísticos locais oferecem “matéria-prima” de primeira categoria e, na maior parte das vezes, inteiramente por explorar.

c) A dinâmica de desenvolvimento das próprias comunidades, cada vez mais interessadas em conhecer melhor a sua história e em reforçar a sua identidade, tanto a nível autárquico como empresarial e associativo. Diversos estudos de caso deveram-se ao apelo de organizações do género das acabadas de referir.

Resta acrescentar que a evolução descrita, apesar de apresentar a sua especificidade, encontra certas semelhanças com o verificado noutras áreas. Por exemplo, numa “Introdução à história local catalã”, o autor explica assim a eclosão verificada nos anos 70:

a) A massificação dos alunos matriculados nas Faculdades de Letras, com destaque para os cursos de História.

b) A necessidade da docência universitária ser apoiada pela investigação.

c) O facto de a sociedade ter então vivido um período de inusitada vitalidade política e social, o que levava ao desejo de se conhecer, mais em pormenor, o passado e de se recuperar a memória dos episódios proscritos pelo franquismo.

d) O alargamento do mercado da literatura histórica, o que facilitou as iniciativas editoriais.

e) A massificação da licenciatura em história, com a consequente dificuldade de absorção pelo mercado de trabalho, pelo que o número de licenciados opta pela investigação (em muitos casos no âmbito de pós-graduações).

A concluir a dita análise o autor salienta: «Em síntese pode afirmar-se que, ao longo de século e meio da sua trajectória, a história local catalã passou dos eruditos locais, sem formação histórica universitária, aos licenciados, depois de ter estado nas mãos dos burgueses ilustrados»²⁴.

²⁴ Pere Anguera, «Introducción a la historia local catalana», P. Rújula e I. Peiró (coords.), *op. cit.*, p. 11-12.

3. Potencialidades da historia local: um manancial insuficientemente explorado

Antes de concluir, gostaria de reflectir um pouco sobre a historia local, no futuro ou, se se preferir, sobre o futuro da historia local. Trata-se de um exercício arriscado e tradicionalmente não praticado pelos que se dedicam à investigação histórica, mais habituados a lidar com o passado que com o futuro.

Ao fazer as considerações que se seguem, parto do seguinte princípio: a história local, além de mal conhecida - como já afirmei -, é também escassamente utilizada, pelo que ainda não cumpre a devida função social, como seria de esperar. Atente-se nos seguintes exemplos.

3.1. *História ciência*

Já houve quem afirmasse que os objectivos da história local se resumem a dois: **satisfazer as necessidades locais** e **alimentar a história geral**. É o que se pode ler no *Guide d'histoire locale*, publicado em França (1990): «A história local tem por função essencial satisfazer a curiosidade de um público que deseja conhecer o passado da aldeia, da cidade ou da pequena região [“pays”, em francês]. Mas ela deve também servir a história geral que se alimenta de todos os materiais acumulados pelo paciente labor realizado a partir da base. Entre estas duas formas de história, processa-se uma união e não, de modo algum, uma ruptura»²⁵.

As histórias gerais fornecem o enquadramento e ajudam a compreender as histórias locais. Estas, por sua vez, propiciam às histórias gerais a análise de realidades concretas, bem definidas e localizadas, permitindo,

²⁵ A. Croix e D. Guy vare Ti, *op. cit.*, p. 31-32.

inclusive, testar modelos teóricos, em busca de comprovação. Toma-se, pois, necessário contribuir para aprofundar o conhecimento mútuo dos dois tipos de historiografia.

É que, como já foi sublinhado, «as histórias gerais devem servir para enquadrar e facilitar a visão de conjunto aos historiadores locais». Enquanto «as histórias locais são imprescindíveis para matizar e enriquecer, ou mesmo corrigir, as gerais. As limitações que provoca o múltiplo desconhecimento são múltiplas»²⁶. No caso da história de Portugal, basta pensar no papel das áreas regionais para a compreensão da globalidade nacional e vice-versa²⁷.

3. 2. *História docência*

Também no ensino-aprendizagem da disciplina de história se deve valorizar e incentivar a presença da história local. Mais uma vez, o surto verificado na historiografia local não tem sido acompanhado de um movimento correspondente, ao nível pedagógico.

Aliás o assunto, não obstante a sua pertinência, nem sequer tem merecido especial atenção da parte de investigadores e docentes de história. De entre os poucos trabalhos dedicados à temática, permito-me chamar a atenção para os dois seguintes:

a) Albano Estrela, «Contribuição da História Local par o ensino da História no Liceu. Experiências e sugestões», *Estudos Psicopedagógicos* (ano I, n.º 1, 1966, p. 5-14);

b) José Maria Teixeira Diz, «A localidade no ensino da História», *O Jornal da educação* (ano V, n. 52, Fevereiro 1982, p. 4-5).

²⁶ P. Anguera, *op. cit.*, p. 13.

²⁷ J. Borges de Macedo, «Alberto Sampaio-...», *cit.*, p. 419.

O primeiro trabalho, apesar de já ter sido publicado há mais de três décadas, continua, sob certas perspectivas, actualizado. Com efeito, o autor defende existir uma relação intrínseca entre os **métodos activos** - que então começavam a estar muito em voga e cuja importância se mantém - e a **história local**. Afirma, nomeadamente: «o estudo do meio (preconizado pelos pregadores da escola activa) é, evidentemente, na perspectiva histórica, um estudo de História Local».

E, um pouco adiante, podem ler-se as seguintes palavras, ainda dignas de reflexão: «Nos nossos programas há, fundamentalmente, uma exigência de informação. O professor, praticamente, não tem oportunidade de “dialogar” (note-se: não digo interrogar), de fornecer elementos para o trabalho pessoal dos alunos, em suma, de formar informando». E prossegue:

«Como solução, haveria que modificar os programas, preferindo a qualidade à quantidade, a formação à informação. E ter sempre presente que ensinar História, a nível secundário [e não só, acrescentaria eu], é fornecer perspectivas e quadros, é integrar um adolescente de hoje em determinadas coordenadas culturais, possibilitadoras da formação de um estado de receptividade e criação em relação ao passado histórico».

Como caso prático, o autor apresenta um esquema de visita de estudo à Sé do Porto, com o objectivo de estudar a Arquitectura (perspectiva histórica dada através dos tempos)²⁸.

No segundo artigo citado, o autor apresenta vários argumentos acerca do papel significativo da história local, no ensino. Aí se pode ler, além da citação de uma passagem de Almeida Garrett, para quem «a História, lida ou contada nos próprios sítios, em que se passou, tem outra força e outra graça»²⁹, o seguinte:

²⁸ Albano Estrela, *op. cit.* (no texto), p. 7-8 e 13.

²⁹ Almeida Garrett, *Viagens na minha Terra*, Lisboa; Portugália Editora, 1963, p. 197-198, *apud* José Maria Teixeira diz, *op. cit.*, (no texto), p. 4.

«A história local serve de introdução à História nacional e até universal, ilustrando-a, dando-lhe novos atractivos, fornecendo-lhe pontos de partida»³⁰.

Eu apenas acrescentaria que, enquanto os programas curriculares forem, como julgo que ainda são, demasiado centralistas - por não contemplarem, devidamente, a história local -, cabe aos professores, desde que para isso possuam a devida formação e sensibilidade, prestarem mais atenção à história das localidades. Ao fazê-lo, além do mais, utilizam um excelente *recurso pedagógico*, que lhes permite, bem como aos alunos, partir do próximo para o remoto e do conhecido para o ignorado.

3. 3. Património, memórias e identidade

Por último, mas não menos relevante, é o papel que a história local tem a desempenhar nas questões relacionadas com o património cultural, as memórias e a identidade.

Como é do conhecimento geral, a noção de **património** tem vindo a ampliar-se consideravelmente, nas últimas décadas. De facto, começa a generalizar-se a ideia, segundo a qual o património não diz respeito apenas às instâncias políticas, militares e religiosas. Pelo contrário, contempla, também, os domínios do trabalho e do quotidiano, da tecnologia e da ciência, dos costumes e do lazer, do folclore e da gastronomia. Para significar este alargamento do conceito de património, até já se inventou um novo vocábulo: **patrimonialização**.

Obviamente que, para os diversos tipos de património possam ser adequadamente valorizados, compete à história local estudá-los, sublinhar

³⁰ *Idem*, p. 5.

o seu valor e estabelecer a sua relação com a memória e as memórias das comunidades, assim como com a respectiva identidade.

É que, como bem sublinha André Desvallées, «do monumento, suporte da memória, passámos ao património, suporte da identidade»³¹.

Desde modo, a história local (ou, talvez melhor, a **nova história local**³²) tenderá, no futuro, a ocupar um lugar cada vez mais significativo, não só “alimentando” a história geral e ajudando a conhecer as realidades locais - como já e frisou, anteriormente -, mas também estudando o diversificado e vastíssimo património existente nas localidades, susceptível de ser preservado *in situ* ou musealizado.

A explosão museológica, a que temos vindo a assistir, e a criação de numerosos museus locais e de sociedade, sem esquecer essa importante inovação constituída pelos **ecomuseus**, só pode ter uma base sólida e consistente com um forte contributo da pesquisa histórica, a nível local.

O mesmo se poderá dizer quanto ao **reforço da identidade**. É fácil de constatar que grandes blocos e nações, localidades e empresas, organizações não lucrativas, comunidades, famílias e pessoas procuram, persistentemente, conhecer as suas raízes e reforçar a respectiva identidade. Porque está na moda? Porque ajuda a “vender”? Porque auxilia na competitividade? Porque facilita o alcance do poder? Ou, simplesmente, porque faz parte da natureza humana o desejo de conhecer,

³¹ André Desvallées, «Origen y significados de la palabra patrimonio», *Musées et Collections Publiques de France*, n.º 208, Paris, 1995, p. 12, *apud* P. Rújula e I. Peiró (coords.), *op. cit.*, p. 466.

³² Ver o meu artigo, intitulado «Para uma nova historia local: Reflexões e perspectivas», *Beira Alta*, vol. XLIX, fases. 1 e 2, 1990, p. 125-134. Sobre a problemática da historia local, ver ainda: Luís Reis Torgal, «Historia...Que Histórias?», *Revista de Historia das ideias*, vol. 9, t. 3.º, 1987, p. 843-867; Antonio de Oliveira, «Problemática da historia local». Sep. do Coloquio *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*, Núcleo Cultural da Horta, 1995; e Armando B. Malheiro da Silva, *O Minho nas monografias (Sécs. XIX-XX). Notas para uma visão sistemática dos estudos locais*. Sep. de *Bracara Augusta*, 94/95 (1991-92), p. 27-96.

cada vez melhor, o seu percurso, passado, presente e futuro?

Seja qual for a resposta, o certo é que, também no processo da busca ou do reforço da identidade, através do avivar da memória, a história local é chamada a desempenhar uma função insubstituível.

Além do mais, ela poderá constituir um antídoto relativamente a alguns dos efeitos perversos da **globalização** - que hoje parece monopolizar as atenções, tanto do “homem da rua” como do economista, do gestor ou do político -, no que concerne à tendência para “apagar” especificidades e particularismos que são, afinal, importantes ingredientes culturais e factores estruturantes da identidade.